

O CONCEITO DE DISPOSITIVO EM FOUCAULT: A EMERGÊNCIA HISTÓRICA DO DISPOSITIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A CONSTRUÇÃO DAS SUBJETIVIDADES

Noêmia Félix da Silva (noemiefelix@terra.com.br)
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Goiânia, Goiás, Brasil

Kátia Menezes de Sousa (km-sousa@uol.com.br)
Universidade Federal de Goiás
Goiânia, Goiás, Brasil

Resumo: Este artigo discute a noção de dispositivo de Michel Foucault para compreender a emergência histórica do dispositivo do desenvolvimento sustentável e o funcionamento de seus elementos conceituais multilineares e de suas forças de atuação. O foco é a análise do discurso jornalístico de veículos noticiosos da cobertura da Conferência da ONU para o Desenvolvimento Sustentável (a Rio+20), para a apreensão dos elementos contraditórios e paradoxais da construção do dispositivo do desenvolvimento sustentável na atualidade. O objetivo é perceber como este dispositivo, relacionado às práticas, atua como um mecanismo e uma ferramenta para constituir e organizar os sujeitos na incitação e na produção de enunciados, portanto, de discursos.

Abstract: This article discusses Michel Foucault's notion of deployment, in order to understand the historical emergence of the sustainable development apparatus, as well as the mechanism of its multilineal conceptual elements and its force of action. The specific focus is the analysis of journalistic discourse in the news media coverage of the UNO Conference on Sustainable Development (Rio+20), seeking to apprehend the contradictory and paradoxical elements that go into the construction of the sustainable development deployment today. The main goal is to observe how such deployment works like a mechanism and a tool that build and organize subjects, inciting them to produce statements, therefore, discourses.

Palavras-chave: Discurso. Dispositivo. Subjetividades. Desenvolvimento sustentável. Jornalismo.

Keywords: Discourse. Deployment. Subjectivities. Sustainable development. Journalism.

O objetivo deste artigo é discutir a noção de dispositivo com base em Michel Foucault, para compreender a formação das práticas discursivas e não-discursivas do desenvolvimento sustentável, buscando suporte para percebê-las no espaço da reprodutibilidade das visibilidades midiáticas. Procuramos articular esta categoria conceitual de Michel Foucault (2002; 2005; 2007; 2008; 2012) com elaborações de outros autores como Agambem (2005) e Deleuze (1996), na tentativa de compreender a emergência histórica do dispositivo ambiental, seus elementos multilíneares, com o propósito de construir elementos analíticos para a pesquisa sobre o desenvolvimento sustentável nos discursos jornalísticos.

O dispositivo no pensamento foucaultiano

Após a obra *Arqueologia do saber* (1969), Michel Foucault inicia nova problemática de pesquisa focada na preocupação do saber para o poder, marcando a passagem da sua fase arqueológica para a genealógica. É nesta fase que o conceito de dispositivo se torna uma noção importante nas análises foucaultianas, já que, antes disso, o filósofo estava centrado na análise do objeto *episteme*. Na fase genealógica, Foucault introduz as análises do poder e tem como objeto o dispositivo. A *episteme* e o dispositivo são práticas, sendo que a primeira é uma prática exclusivamente discursiva, enquanto a segunda inclui também as práticas não-discursivas.

O conceito de prática acompanha toda a obra de Foucault, apesar de não ser detalhado numa obra específica, mas podendo ser reconstruído ao longo das obras do autor (CASTRO, 2009). Foucault percebe a modernidade como um *ethos*, uma atitude. E estas atitudes devem ser identificadas através de análises arqueogenealógicas sobre as práticas que nos constituem historicamente. Ou seja, analisar a homogeneidade (o que organiza o quê e como os homens o fazem), o saber (das relações de domínios sobre as coisas), o poder (de ação com os outros) e da ética (das relações consigo mesmo) e como isso tudo se torna uma generalidade, uma recorrência.

O dispositivo é considerado uma prática mais geral do que a *episteme* e é compreendido como arranjos de poder em relações dispersas no cotidiano, possibilitando afirmações, negações, teorias e todo um jogo de verdade, que podem ser identificados nas práticas discursivas. Para Fernandes

(2012), o interesse de Foucault se volta para o exame da produção de verdade, e é por meio dos discursos e dos dispositivos de poder que se interessa em verificar em que medida um dispositivo de poder incita a produção de enunciados, de discursos.

Essa noção é tão importante no pensamento foucaultiano que Veyne chega a dizer que “o próprio discurso é imanente ao dispositivo que se modela a partir dele (...) e que o encarna na sociedade; o discurso faz a singularidade, a estranheza de uma época, a cor local do dispositivo” (2011, p. 54). O confronto entre discursos pode levar, pela sua contestação, a desarticular, modificar e até mesmo derrocar um dispositivo e a produzir outros. Foucault (2012) mostra que o funcionamento do dispositivo integra as relações de força e visa conduzi-las numa certa direção, ou até mesmo bloqueá-las e estabilizá-las.

O dispositivo está sempre inscrito num jogo de poder e ligado a uma configuração de saber que dele nasce. Na conceituação de Foucault (2012), trata-se de “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (p. 246). O interessante é que o próprio discurso, dependendo do seu funcionamento, pode atingir o *status* de dispositivo e funcionar como efeito de dispositivo. Para Veyne (2011), o dispositivo implica o poder e o saber na constituição de um espaço variável.

Envolto pelo poder, o dispositivo aciona o saber a todo um conjunto de leis, direitos, regulamentos, práticas, e institucionaliza esse conjunto revestindo-o com um estatuto de verdade. Daí uma relação do dispositivo com a verdade (ou vontade de verdade), que o leva a atuar na produção da subjetividade dos discursos. (Citado em FERNANDES, 2012, p. 67-68)

Para Agambem (2005), o dispositivo é um termo técnico decisivo na estratégia do pensamento foucaultiano para pensar o que ele vai chamar de “governabilidade”. E pode ser definido da seguinte maneira:

Um conjunto heterogêneo que inclui virtualmente qualquer coisa, lingüístico e não lingüístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos. O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve em uma relação de poder. É algo geral (um *resseau*, uma “rede”) porque inclui em si a *episteme*, que para

Foucault é aquilo que, em certa sociedade, permite distinguir o que é aceito como um enunciado científico, daquilo que não é científico. (p. 9-10)

Fernandes (2012) explica que o dispositivo não é uma coisa em si, mas um efeito que seu funcionamento pode alcançar. O dispositivo do saber e do poder é formado por regimes de verdade que se inscrevem no social e se estabelecem na separação entre o verdadeiro e o falso. Assim, o discurso “é imanente aos acontecimentos históricos e, juntamente com o dispositivo do qual é efeito, sofre as determinações da história” (p. 68).

Vale lembrar que a verdade é uma construção discursiva. Fernandes (2012) explica que para Foucault há duas formas de produção da verdade. Uma que é exclusivamente discursiva e outras, também discursivas, mas revestidas de comprovação, as científicas.

De qualquer maneira, a verdade será sempre uma produção e atesta os lugares e/ou posicionamentos. A verdade constitui objeto pelo qual se luta e também o poder do qual o sujeito deseja se revestir, e o discurso traduz essas lutas por meio de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos. (FERNANDES, 2012, p. 71)

Castro (2009) relaciona cinco características do dispositivo foucaultiano: 1) uma rede de relações estabelecidas entre elementos heterogêneos; 2) estabelece a natureza denexo que pode existir entre esses elementos; 3) uma formação que responde a uma urgência histórica; 4) que se define por uma gênese e 5) por uma permanência.

A conceituação de Deleuze (1996) coaduna-se com esta visão, mas amplia e reagrupa essas características. Para ele, dispositivo é: 1) um produto de uma urgência histórica; 2) um conceito multilinear e 3) que se articula como condição para sua permanência. O conceito multilinear de Deleuze nada mais é do que aquilo que Castro (2009) chama de rede de relações e de interconexão entre esses elementos heterogêneos. A seguir, definiremos a multilinearidade conceitual de dispositivo, a fim de delinear as características do dispositivo de desenvolvimento sustentável, apontando elementos que possibilitaram a sua emergência histórica.

Um conceito multilinear

Para Dreyfus e Rabinow (2010), a noção de dispositivo é complexa e reúne, na sua análise, as instâncias de poder e de saber numa mesma grade analítica. O dispositivo está relacionado às práticas, atuando como aparelho ou ferramenta que constitui e organiza os sujeitos. Uma grade multilinear que, segundo Deleuze (1996), está fundada em três alicerces: o saber, o poder e os modos de subjetivação. Essas linhas de natureza diferente compõem o dispositivo. A movimentação das linhas é descrita por Deleuze (1996) da seguinte maneira:

As linhas não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua própria conta, como o objecto, o sujeito, a linguagem, etc., mas seguem direções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproximam ora se afastam uma das outras. (p. 1)

As linhas estão sujeitas a variações de direção e a derivações. E os vetores dessas linhas são, para Deleuze (1996), os objetos visíveis, os enunciados formuláveis, as forças de exercícios e os sujeitos numa determinada posição. Deleuze ressalta que essas linhas não se detêm na composição do dispositivo, “mas atravessam-no, conduzem-no, do norte ao sul, de leste a oeste, em diagonal” (p. 1).

Deleuze (1996) aponta, ainda, as dimensões e as linhas de força que compõem um dispositivo. Primeiramente, o dispositivo comporta duas dimensões, máquinas de fazer ver e de fazer falar, que denomina de “curvas de visibilidade” e “curvas de enunciação”. A visibilidade é feita de luz que distribui o visível e o invisível, projetando-se sobre os objetos, fazendo com que surjam ou desapareçam. Os enunciados, por sua vez, distribuem variáveis definidas pelos regimes a que dão origem. “Não são nem sujeitos, nem objectos, mas regimes que é necessário definir pelo visível e pelo enunciável, com suas derivações, as suas transformações, as suas mutações” (p. 2).

Uma terceira dimensão do dispositivo foucaultino apontada por Deleuze (1996) é a que comporta linhas de força compostas de saber e de poder. Elas são uma dimensão espacial e se entrecruzam de um ponto a outro. As linhas de visibilidade e de enunciação estabelecem o ir e vir entre o ver e o dizer, pois “agem como flechas que não cessam de entrecruzar as coisas e as palavras, sem que por isso deixem de conduzir a batalha” (p. 2).

As dimensões apontadas por Deleuze podem ser agrupadas como aspectos multilineares do conceito de dispositivo. Marcello (2004; 2009) realiza uma pesquisa a respeito destas características do dispositivo, demonstrando as linhas de força que operam nele. A partir da discussão de Deleuze, a autora demonstra que a multilinearidade pode ser percebida a partir de eixos ou dimensões, como define o próprio Foucault. O primeiro está relacionado à produção do saber e à constituição de uma rede de discursos; o segundo eixo refere-se ao poder e indica as formas pelas quais é possível determinar as disposições estratégicas entre os vários elementos constituintes do dispositivo, além de estar relacionado à produção dos sujeitos. Para Marcello, “o dispositivo é composto por um conjunto de linhas, curvas e regimes de diferentes naturezas que se mostram transitórias e efêmeras, predispostas a variações de direção e de intensidade” (2009, p. 231).

A emergência histórica do dispositivo desenvolvimento sustentável

Este trabalho parte da discussão da formação do dispositivo de segurança foucaultiano para compreender a emergência, na atualidade, de outro dispositivo, o do desenvolvimento sustentável, resultado de uma urgência histórica que possibilitou o seu surgimento. O objetivo é apontar para o caráter construído deste conceito, de seus efeitos de discurso e de suas contingências sociais, culturais e econômicas, partindo da configuração de uma nova governamentalidade de controle da população.

A genealogia de poder foucaultiana busca compreender o porquê do surgimento de determinados discursos na contemporaneidade e, mais ainda, como surgem processos regulamentadores como dispositivos, que atuam para formar e transformar o indivíduo pelo controle do tempo, do espaço, da atividade e pela utilização de instrumentos de controle. Essas técnicas disciplinares regulam as populações através de um biopoder agindo sobre a espécie humana considerada no seu conjunto, com o objetivo de assegurar a sua existência. Dentro desta perspectiva, questões relacionadas à população como nascimento, mortalidade, nível e duração de vida e tudo quanto se relaciona à perpetuação da vida dos indivíduos no planeta – meio ambiente, saúde, qualidade de vida e, tantos outros elementos – estão ligados a um tipo de poder (o biopoder). Este poder vai além do poder disciplinar e objetiva gerir a vida dos corpos vivos múltiplos e multifacetados, ou seja, a população.

A população surge como o elemento fundamental da riqueza e da potência do Estado, pois é esta força, constituída como força produtiva, que as produz. A população, já submetida a um regime disciplinar desde a segunda metade do século XVII, é enquadrada, no decorrer do século XVIII, num aparelho regulamentador; passa a ser, segundo Foucault, adestrada, repartida, distribuída e fixada (2008, p. 71).

Na “nova arte de governar”, a partir do desenvolvimento e das transformações das estruturas urbanas, no século XVII, as grandes cidades possibilitaram o surgimento de uma medicina urbana e também de uma preocupação com a higiene pública, como procedimentos de vigilância e de controle da população. Segundo Foucault (2005), essa medicina tem como objetos principais: 1) a preocupação com a dispersão dos resíduos no espaço urbano, como foco de enfermidades e epidemias; 2) o controle da circulação do ar, da água, dos alimentos e mercadorias; e 3) a distribuição e organização dos elementos indispensáveis à vida no espaço da cidade, como fontes e esgotos, entre outros. Para Martins (2007), esses objetivos estão articulados a saberes emergentes relacionados ao meio e às condições de vida da população. Com a medicina urbana surge, também, outra noção, a de salubridade, que remete aos elementos que constituem o meio ambiente e a tudo o que pode afetar a saúde humana.

A medicalização da sociedade e o governo da vida foram para Foucault as condições de emergência de um biopoder, como forma de poder que se exerce sobre a vida e categoriza os indivíduos, ligando a sua própria individualidade e identidade, impondo-lhes uma lei da verdade (Citado em DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 302-303). Assim, Foucault (2008) explica biopoder como

[...] o conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui seus traços biológicos fundamentais, vai poder entrar no interior de uma política, de uma estratégia política, de uma estratégia geral de poder, dito de outra forma, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, passaram a considerar o fator biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie. (p. 4)

Assim, biopoder é uma forma de poder que rastreia, interpreta, assimila, reformula, bem como rege e regula a vida social no seu próprio

interior. Para Hardt e Negri (2004, p. 43), o poder passa a se encarregar da vida na sua totalidade, em todo o seu desenrolar. Aqui fica clara a expansão do conceito de poder na obra foucaultiana e como esta noção surge junto com outra, a de população como corpo social e coletivo a ser controlado.

Esse biopoder é algo novo, que surgiu na segunda metade do século XVIII, e, para Foucault (2010), uma nova tecnologia de poder que se tornou um dos fenômenos fundamentais do século XIX. Esse segundo nível de poder não excluiu a disciplina (primeiro nível), mas a integra, modifica-a parcialmente e a utiliza, se instala nela, graças à técnica disciplinar pré-existente. Surge como uma técnica de poder sucessora e complementar a uma técnica anterior, a disciplina, com seus mecanismos de poder sobre o corpo individual, como a vigilância e o treinamento.

Com a explosão demográfica e da industrialização do século XVIII, Foucault (2010) acredita que a disciplina deixou de ser eficiente para reger o corpo econômico e político da sociedade. E no final do século XVIII, o poder passa por uma segunda acomodação, o biopoder. Um poder sobre os fenômenos globais e sobre os fenômenos da população, mais difíceis de acompanhar, implicando em órgãos complexos de coordenação e de centralização.

Três elementos são apontados por Foucault (2010) para caracterizar essa “sociedade regulamentar”. O primeiro dele é o surgimento da população, como corpo múltiplo e com inúmeras cabeças, tornando-se um problema político e científico e, ao mesmo tempo, um problema biológico e de poder. O segundo é a natureza dos fenômenos que são levados em consideração nesse novo contexto, ou seja, o que ganha importância são os fenômenos coletivos de efeitos econômicos e políticos pertinentes apenas no nível de massa. Fenômenos que parecem aleatórios e imprevisíveis, se tomados na sua individualidade, mas que, no plano do coletivo, tornam-se constantes e, se percebidos em longa duração, podem ser tomados por fenômenos em série. Assim, para Foucault (2010), “a biopolítica vai se dirigir, em suma, aos acontecimentos aleatórios que ocorrem numa população considerada em sua duração” (p. 207).

E, por fim, a tecnologia da biopolítica irá implantar mecanismos com função de previsões, estimativas estatísticas e de medições globais, que interferem nos fenômenos gerais, a exemplo da natalidade. O importante é que “trata-se de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global em seu campo aleatório, vai poder fixar um equilíbrio, manter uma

média, estabelecer uma espécie de homeostase, assegura compensações” (FOUCAULT, 2010, p. 208).

Essa técnica regulamentar está centrada na vida, agrupando fenômenos típicos de uma população, com o objetivo de controlar uma série de eventos fortuitos que podem ocorrer num corpo múltiplo e vivo. Ora, Foucault (2010) esclarece que essa biopolítica, como tecnologia de poder, procura controlar e até mesmo modificar a probabilidade desses eventos e compensar seus efeitos, visando o equilíbrio global, um tipo de homeostase. Ela é centrada no ser-vivo, no homem-espécie e nas suas preocupações, e se volta para o controle de fenômenos como natalidade, morbidade, incapacidades biológicas dos seres e os efeitos do meio. Essas são áreas de intervenção, de saber e de poder simultâneas, e é delas que a biopolítica irá extrair o seu saber e definir o seu campo de intervenção.

Os fenômenos dos efeitos sobre os meios, surgidos no final do século XVIII e início do século XIX, estão relacionados aos efeitos brutos do meio geográfico, climático e hidrográfico. Foucault (2008) trabalha a concepção de meio como aquilo que faz a circulação: “O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc.” (p. 28). Mas o que nos interessa na exposição das noções de biopoder e de suas relações com a população é a questão ambiental na atualidade, através das condições do seu surgimento e do seu porquê, bem como das suas produções de práticas discursivas. Foucault aponta como um dos elementos fundamentais na implantação dos mecanismos de segurança, não o aparecimento de meio, mas de um projeto de técnica política que se dirija ao meio, tornando-se fator de ordenamento da natureza da população humana.

O meio como ordenamento da população leva-nos a uma série de questões e reflexões sobre o tema: quais são as condições do surgimento desta noção de meio e, posteriormente, de meio ambiente? Que jogo de regras torna este objeto possível e suas condições de aparecimento, durante um dado período? No século XXI, como meio ambiente e população estão diretamente imbricados; onde a população tem agido diretamente sobre o meio? Qual a centralidade que a questão ambiental ganha numa sociedade governada por uma biopolítica? Seria o meio ambiente um dispositivo de controle social? E, ainda, que outros dispositivos surgiram a

partir deste? O desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade é também um dispositivo?

As reflexões colocadas acima são questões que nos têm inquietado ao longo de estudos sobre o meio ambiente, mídia e discurso. São preocupações advindas da crescente visibilidade e dispersão dos temas ambientais nos discursos, em espaços tão distintos como moda, carros, bancos e tantos outros, considerados, inclusive, como “antiecológicos”. O objetivo é identificar a emergência do desenvolvimento sustentável a partir do contexto histórico, delineado a seguir.

Preocupações difusas com aspectos danosos da relação entre o desenvolvimento tecnológico e a degradação do meio ambiente ganharam relevo desde o término da Segunda Guerra Mundial, quando a utilização de armas nucleares em Hiroshima, demonstrou ao mundo o gigantesco alcance dos instrumentos de destruição produzidos pelo homem. A corrida armamentista fomentada pela Guerra Fria levou a humanidade, já na segunda metade da década de 1950, a atingir a capacidade de autoexterminio. Nos anos seguintes, as incertezas acerca do futuro da humanidade foram se agravando e as indicações nesse sentido foram ficando cada vez mais visíveis.

Machado (2005) explica que o discurso do desenvolvimento sustentável foi construído como resposta a uma questão ambiental, constituída à medida que “peças supostamente desconexas de um quebra-cabeça global” começaram a se encaixar, tornando claros os riscos do processo de degradação das condições de sustentação da vida no planeta (PNUMA, 2004, p. 4). Alguns fatores contribuíram para isso: o terror em torno da utilização de armas nucleares; a publicação de estudos que levavam para um público mais amplo questões até então restritas às discussões técnicas no campo científico e acadêmico, politizando-as; a ocorrência de uma série de desastres ambientais que ganharam ampla divulgação social; a emergência dos novos movimentos sociais; e, ainda, os avanços do conhecimento, sobretudo no campo da Biologia.

O sociólogo alemão Ulrich Beck (2011) parte da premissa de que as nações ocidentais se deslocaram de uma sociedade “industrial” ou de “classe” para um paradigma de uma “sociedade de risco”. No primeiro modelo social, a questão central é como a riqueza socialmente produzida é distribuída de maneira socialmente desigual, enquanto minimiza os efeitos negativos (pobreza e fome). Já no segundo, os riscos e os perigos produzidos como parte da modernização (poluição e outros) devem ser prevenidos, minimizados, dramatizados e canalizados. Ambos contêm desigualdades e

se estendem, principalmente, nos centros industriais do Terceiro Mundo. Para Beck, a fome é hierárquica e a poluição é democrática.

Nesta perspectiva, os riscos causados por eventos de catástrofes ambientais, não são meros acidentes infortunados e, sim, um testemunho do insucesso das instituições sociais, especialmente da ciência, em controlar as tecnologias. Riscos que transcendem espaço e tempo, para além das áreas geográficas onde ocorrem os eventos e para as gerações futuras. Para o sociólogo, ao mesmo tempo em que a ciência se tornou cada vez mais necessária na identificação dos riscos, também se tornou menos suficiente para a unidade social da definição de verdade (BECK, 2011, p. 156).

Para Machado (2005) foi no início da década de 1970 que as preocupações em torno da degradação ambiental e das condições de sustentação da vida no planeta se intensificaram e se generalizaram nos países desenvolvidos do Ocidente. Junto com as preocupações, veio o fortalecimento de uma consciência ambiental, colocando outras questões em jogo, que não diretamente vinculadas à satisfação material ou econômica. Um exemplo desse jogo são os movimentos sociais que, neste período, acentuaram o clima de anseio por mudanças, como o movimento pela garantia de direitos civis, reivindicados pelos negros americanos, e a emergência de movimentos feministas nos EUA e nos países europeus.

Nesse período, o crescimento das manifestações da sociedade teria acelerado a ampliação dos espaços institucionais de discussão da problemática ambiental. Machado (2005) acredita que o nível de poluição do ar nas proximidades das áreas de complexos industriais em muitos países europeus, principalmente na Alemanha e na Inglaterra, gerou um problema de saúde pública na época. E, juntamente com a poluição gerada pelos veículos nas grandes cidades, surgiu o fenômeno das chuvas ácidas, afetando principalmente os países escandinavos. Assim, para Machado (2005) fica mais evidente a complexidade das cadeias destrutivas geradas pela degradação ambiental e o alcance transnacional de muitos dos seus efeitos. As tentativas de resolução exigiram, portanto, não só um tratamento mais amplo, mas também a formação de uma cooperação internacional articulada mundialmente para a solução destes problemas.

Em 1969, esta questão foi colocada em discussão no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) pela representação do governo da Suécia, particularmente preocupada com os efeitos da precipitação de chuvas ácidas sobre seu território. O objetivo da proposta foi colocar em discussão as possibilidades de negociação, pelas Nações

Unidas, de mecanismos de controle e redução das emissões de gases poluentes por parte dos países responsáveis pela poluição geradora das chuvas ácidas sobre seu território. E foi a partir desta representação que se deu partida ao processo da realização de uma conferência mundial sobre meio ambiente, encaminhada pelo Conselho à Assembleia Geral das Nações Unidas.

A demanda por um espaço intergovernamental de discussão dos problemas ambientais foi encaminhada rapidamente no interior das Nações Unidas. O motivo da rapidez, segundo Machado (2005), foi não só a preocupação dos governos diretamente afetados, mas também a pressão social que o ambientalismo vinha impondo no interior dos países desenvolvidos. Pressão por soluções para as consequências produzidas pela degradação ambiental e para a elaboração de uma ampla política de proteção ambiental. O que se percebe é que se criou um espaço de visibilidades, ou melhor, um espaço de “fazer ver e de fazer falar” sobre a questão ambiental, projetando luz sobre determinadas questões relacionadas ao meio ambiente e as suas problemáticas.

A convocação da Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, instituiu um campo de disputas e movimentação de interesses. Foi a partir dele que, segundo Machado (2005), se produziram as condições de bifurcação no discurso do desenvolvimento. Para a autora essas disputas de saber/poder, movidas por interesses ambientalistas, de um lado, e desenvolvimentistas, de outro, desencadearam um processo de reordenação das estratégias discursivas do desenvolvimento que levou à cisão no seu interior. Em torno da formulação de uma questão ambiental foram constituídos conjuntos específicos de estratégias discursivas que deram forma ao discurso do desenvolvimento sustentável.

Um núcleo sobre a questão ambiental teria sido construído, a partir dos embates entre as perspectivas distintas de saber/poder sobre desenvolvimento e meio ambiente: de um lado, a dos ambientalistas e, de outro, a dos desenvolvimentistas. Para Machado (2005), este conjunto disperso de enunciados referiam-se a determinados “conjuntos de problemas ambientais”, de “preocupações ambientais”, ou “focos de degradação”, etc., circulando em espaços discursivos relativamente restritos às disputas de interesses no interior das sociedades desenvolvidas. A questão ambiental foi moldada pelo conjunto de relações estabelecidas a partir da inserção dos problemas ambientais na ordem do discurso do desenvolvimento. E

defende que, desde a Conferência de Estocolmo (1972), passando pela Comissão Brundtland (1987) e pela Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), a estrutura político-institucional das Nações Unidas vem funcionando como espaço privilegiado na produção de estratégias discursivas e servindo de eixo na definição dos contornos do discurso do desenvolvimento sustentável. Assim, esse confronto entre discursos é que produziu a articulação e produção do dispositivo do desenvolvimento sustentável.

Os eventos históricos apontados possibilitam perceber os elementos da construção do desenvolvimento sustentável como dispositivo, a partir de indicadores da transformação da biopolítica numa perspectiva planetária, impulsionada pelos grandes encontros transnacionais. Para Carneiro (2012), as políticas resultantes buscam conduzir a população para um modelo do uso equilibrado e sustentável do meio com o objetivo de melhorar o ambiente, “tanto natural quanto artificial, e, conseqüentemente, contribuir para a saúde do planeta” (p. 5). Essas políticas procuram estabelecer mecanismos reguladores, em nível global, na busca de um equilíbrio, uma homeostase, minimizando e até compensando os efeitos dos impactos desse ser-vivo no meio, no planeta.

Consideramos que, a partir dessas conferências, o dispositivo de meio ambiente gerou um novo dispositivo, o desenvolvimento sustentável. Levando em conta que é mais do que uma questão de preservação do meio ambiente que está em jogo nas relações de poder, trata-se de um projeto de desenvolvimento que emerge da problemática sobre a sustentabilidade. A questão ambiental é equacionada pela sustentabilidade a partir de 1972¹ e é derivada de uma concepção de natureza harmônica e equilibrada, modelo este que recorre a outros saberes para comprovar a veracidade do seu processo harmônico.

Segundo Carneiro (2012), a questão da sustentabilidade levou à elaboração de políticas com o objetivo de levar a população a um modelo dito harmônico. Encabeçando estas políticas estaria a ONU, na busca por uma governança global, propondo mudanças de comportamento e práticas sociais para Estados, organizações internacionais, empresas e para cada habitante do planeta, a fim de preservar a vida na Terra.

O surgimento da Ecologia², em meados do século XX, contribuiu para a construção de dispositivos ambientais por “reunir práticas e verdades em torno da conservação da vida no planeta e mostrar uma interação maior entre população e meio” (CARNEIRO, 2012, p. 9).

Os elementos que confluíram para formar esse dispositivo vieram de procedências heterogêneas. Uma noção de meio já estava presente na biopolítica, não era apenas um meio natural, mas o espaço artificial das cidades e das relações sociais. Quando se configurou o dispositivo de meio ambiente, essa noção de meio ganhou outro sentido ao se compor com outros elementos. Ambiente remete à atmosfera, ao ar, ao que nos circunda. Um dispositivo responde a uma urgência, é uma estratégia. O ambiente ou meio ambiente como uma questão de segurança do planeta tornou-se premente a partir da Segunda Guerra. (CARNEIRO, 2012, p. 8)

E os grandes encontros transnacionais (Estocolmo/1972, Rio92, Rio+10, Rio+20) possibilitaram a construção dos dispositivos meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Consistem em institucionalizações que aglutinam forças procedentes de diversos locais e setores, mobilizadas em torno de reivindicações por mudanças ou consolidações de decisões. Deles resultam acordos, recomendações, compromissos que se tornam programas globais e locais, com maior facilidade de captação de recursos financeiros e humanos para serem implantados. (CARNEIRO, 2012, p. 9)

A sensação de risco e de insegurança, gerada a partir da Guerra Fria, da corrida armamentista, da questão nuclear, da impossibilidade de controle dos efeitos radioativos, dos riscos da poluição e da escassez dos recursos do planeta, em razão do crescimento populacional, são fatores dos anos 1960 e 1970 que estabeleceram as condições históricas que possibilitaram a emergência do dispositivo do desenvolvimento sustentável, como resposta estratégica à crise ambiental que se delineava. A percepção de riscos e de insegurança para a vida no planeta, nesse período, levou à construção de uma estratégia, buscando aliar desenvolvimento e sustentabilidade. Esse mecanismo emergiu da necessidade de solucionar os possíveis riscos à vida humana e de conter os fenômenos coletivos que impactavam o meio ambiente, com efeitos econômicos e políticos. Trata-se de uma estratégia para buscar o equilíbrio homeostático planetário a partir das contingências aos problemas ambientais globais, a partir de uma governança global.

O desenvolvimento sustentável na mídia

A proposta aqui é relacionar o dispositivo do desenvolvimento sustentável com a visibilidade midiática, para compreender como essa relação é fundamental para a construção e perpetuação do dispositivo ambiental. O meio ambiente se tornou um assunto corrente nas agendas midiática, pública e política, e adquiriu cada vez mais visibilidade após a ECO-92³. O jornalismo exerce um papel importante na divulgação da agenda ambiental, dando visibilidade ao tema e às suas problemáticas. Atualmente, os grandes jornais têm não só criado editorias específicas sobre o tema, como também cadernos e suplementos especiais, em momentos de grandes eventos ambientais. Cotidianamente, o jornalismo tem dado cobertura às ações de sustentabilidade, aos riscos para o ser humano⁴ e a diversas questões que envolvem a segurança da população, entre outras abordagens relacionadas ao meio ambiente (BARROS; SOUZA, 2010).

Na perspectiva construtivista, as notícias são percebidas como um dos elementos de construção da realidade, à medida que a relatam e constroem. Como explica Rodrigues (1999), “o discurso não é uma mera representação das coisas e da realidade, e sim, o acontecimento transformado em notícia, o meta-acontecimento” (p. 30). Assim, o discurso ganha dimensão central em nossa sociedade, caracterizado como conjunto de enunciados polêmicos e estratégicos, integrando as malhas do poder, perpassando todas as relações entre sujeitos.

Para Foucault (2002), o discurso é perpassado pelo poder e o seu funcionamento se dá na determinação dos sujeitos do discurso. Este cumpre uma função dentro do sistema estratégico onde e pelo qual o poder funciona. Assim, Castro (2009, p. 12) explica que Foucault entende o poder como algo que funciona através do discurso porque o discurso é, ele mesmo, um elemento e um dispositivo estratégico de relações de poder. Assim, os discursos são como blocos de táticas no campo das relações de força, que podem ser diferentes e até mesmo contraditórias dentro de uma mesma estratégia, que não invalidam o discurso, mas o constituem como tal.

Para percebermos os elementos contraditórios e paradoxais que funcionam no dispositivo sustentável, tanto como técnica, como controle de biopoder, identificamos no jornal *O Estado de S. Paulo*, de circulação nacional, notícias sobre a Conferência da ONU para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20⁵, que apontam para a construção deste dispositivo. A cobertura deste evento foi escolhida pela grande visibilidade que deu à

questão ambiental na mídia nacional e internacional. O *Estadão* publicou matéria sobre o assunto de 1º a 27 de junho de 2012 e, na semana da realização da conferência, circulou diariamente o caderno *Planeta Estado*, adaptação do caderno *Vida*, que fora criado em 2008 para discutir temas ligados ao meio ambiente. As edições desse caderno no mês de junho de 2012 foram quase totalmente dedicadas à questão ambiental, com o selo da Rio+20. A ampla cobertura da questão ambiental em todos os veículos de imprensa (*onlines*, impressos, televisivos, radiofônicos) aponta para as duas dimensões do dispositivo, “a máquina de fazer ver e de fazer falar”. Os jornais, assim como outros veículos da mídia, possibilitaram a visibilidade ao tema ambiental, projetando luz sobre objetos como biodiversidade, economia verde, povos tradicionais, pobreza, agricultura, água, energia, cidades, oceanos, mudanças climáticas, entre outros temas discutidos na conferência.

Os discursos também têm vontade de verdade e isso é perceptível no material noticioso analisado. O discurso ambiental está calcado na discussão científica para a construção, “descoberta” e divulgação dos seus problemas e, assim, vemos a materialização das construções discursivas das verdades científicas, revestidas de comprovação e de dados, na matéria sobre o aquecimento global e seus impactos na floresta amazônica.

Quadro 1 – enunciado sobre as discursividades científicas do aquecimento global

Retranca: Aquecimento

Título: Temperatura na Amazônia pode subir 6°C

Olho: Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas também prevê a diminuição das chuvas a quase a metade, pondo o bioma em risco.

Texto: A projeção mais crítica para a região amazônica seria a chamada “savanização” da parte leste da floresta. “Uma mudança tão profunda na vegetação acarretaria perdas significativas nos estoques de carbono, tanto do solo como da vegetação. Além das perdas de carbono, outras mudanças poderiam resultar num colapso da floresta”, aponta o estudo realizado pelo Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Fonte: Jornal *Estado de S. Paulo*, Caderno *Planeta Estadão*, 21/06/2012, p. H-7.

O jornal realizou uma reportagem de página inteira, rica em infografias, mapas, índices, fotos, estatísticas, com diversas fontes científicas de órgãos de referência no país, realizando projeções, com base em parâmetros internacionais, sobre o aumento da temperatura e os impactos nos biomas brasileiros, com a redução das chuvas na Amazônia. A reportagem demonstrou o posicionamento da comunidade científica nacional e internacional sobre o aquecimento global e seus efeitos no ecossistema e, além disso, confirmado por cientistas para dar o estatuto de verdade necessário ao enunciado. Temos, assim, na própria imprensa, a formação de um espaço de lutas e de contradições sobre o mesmo tema, tido como controverso dentro da ciência. Em outro veículo noticioso, na reportagem *Um dogma começa a derreter*, a revista *Veja* (n. 2273, 13/06/2012) argumenta que os defensores da tese, de que o aquecimento global é culpa do homem e resultará na destruição do planeta, estão mudando de opinião e engrossando o grupo dos céticos sobre as previsões apocalípticas do painel climático da ONU. O dispositivo aciona o saber com vontade de verdade na construção da compreensão desse fenômeno aleatório, institucionalizando práticas, monitoramentos, pesquisas, medições, revestindo-o com um estatuto de verdade.

Podemos perceber, nos enunciados, como o dispositivo ambiental descreve a elaboração de políticas globais pela ONU, a fim de equacionar as problemáticas ambientais, propondo mudanças de comportamentos, acordos, leis e práticas sociais para governos, organizações internacionais, empresas, comunidade local e populações em geral.

Quadro 2 – Enunciado sobre a ONU como formuladora de políticas globais

Retranca: Ambiente

Título: Avanço de metas ambientais globais em 40 anos é quase nulo, mostra ONU.

Olho: Relatório feito por 300 especialistas revela que houve progresso significativo em apenas 4 dos 90 objetivos avaliados; estudo explicita necessidade de metas claras e de longo prazo, justamente um dos pontos frágeis da Rio+20, que começa no dia 13.

Fonte: Jornal *Estado de S. Paulo*, Caderno *Planeta Estadão*, 13/06/2012, p. A-16.

Quadro 3 – Enunciado sobre mudanças de comportamentos da comunidade local

Retranca: Serviços ambientais

Título: Agricultores recebem para preservar mata

Olho: Programa da ONG The Nature Conservancy distribui R\$ 1 milhão a 43 pequenos produtores rurais do Rio em troca da restauração das florestas.

Fonte: Jornal *Estado de S. Paulo*, Caderno *Planeta Estadão*, 27/06/2012, p. H-2

Quadro 4 – Enunciado sobre sanções e regulamentações sobre a questão ambiental

Título: FMI defenderá taxação a poluidores

Olho: Para diretora-gerente do fundo, Christine Lagarde, subsídios fiscais a emissores de gases causadores do efeito estufa devem ser suspensos.

Fonte: Jornal *Estado de S. Paulo*, Caderno *Planeta Estadão*, 13/06/2012, p. A-16.

Nos quadros anteriores vimos a defesa de órgãos internacionais propondo ações, comportamentos e sanções aos países emissores de gases causadores do efeito estufa e a eliminação de subsídios a esses setores, como parte de políticas globais sobre a questão ambiental. E, ainda, a mudança de comportamento de pequenos agricultores, com o objetivo de preservar e de restaurar áreas florestais degradadas. O objetivo dessas políticas é estabelecer mecanismos reguladores para equilibrar e compensar os efeitos dos impactos da degradação ambiental.

O dispositivo está relacionado às práticas, atuando como um aparelho na constituição dos sujeitos, e o seu poder está em incitar a produção de enunciados, de discursos, principalmente na intermediação entre o sujeito e o objeto. A subjetivação da questão da sustentabilidade pode ser percebida em diversas matérias, mas damos destaque especial à reportagem *A voz da geração+20*, realizada pelo *Estadão* com estudantes e convidados, com o objetivo de discutir os desafios sobre a questão ambiental, antes do evento Rio+20. A matéria de página inteira traz elementos interessantes para percebermos modos de subjetivação do dispositivo ambiental.

Quadro 5 – Enunciado sobre a subjetivação sobre a questão ambiental

“La em casa nossa alimentação e bem reaproveitada: usamos casca de banana para fazer brigadeiro, meu pai escova bem a cenoura para não desperdiçar a casca. Levo sacola para o supermercado, ando de bicicleta” **(Yasmin Neves, 19 anos, universitária).**

“A gente tem boiler e eu tomo banho frio para não desperdiçar a água até ela esquentar. Também separo o lixo. Na minha cidade tem um lixão em cima de um morro, e tenho medo de ser mais um Morro do Bumba (*favela sobre um lixão onde um desmoronamento, em 2010, matou 267 pessoas*)” **(Caio Del Esporti, 19 anos, universitário).**

“Também tomo banho frio. Chuveiro elétrico gasta energia demais. Tem de fazer um sacrifício pessoal. O bom é que o banho fica mais rápido, gasta menos água. Em Porto Alegre, no Fórum Social, a gente só usou energia eólica e solar, e vi que é viável. O Brasil tem potencial para se abastecer só com energias limpas” **(Thomas Mendel, 19 anos, universitário).**

“Separo vidro e tentei fazer coleta de papel, mas na zona norte não dá. Lá em casa, somos dez, e nos esforçamos para baixar a conta de luz de R\$ 200. Não adianta ser hipócrita e dizer que é só pela ecologia, é uma economia também. Quando eu tinha 15 anos, fizemos – eu, minha mãe e umas vizinhas – coleta seletiva, de porta em porta, e com a venda do material conseguimos reformar o hall do prédio e o salão de festas” **(Mayara Rangel da Silva, 19 anos, técnica em Meio Ambiente).**

“E muito hipócrita ver a Rio+20 acontecer, sabendo que o Rio tem os piores empreendimentos possíveis (*em termos de impacto ambiental*): (*a siderúrgica*) CSA, Comperj (*Complexo Petroquímico do Estado do Rio*), Porto do Acu...” **(Julia Bustamante, de 19 anos, universitária).**

Fonte: Jornal *Estado de S. Paulo*, Caderno *Vida*, 03/06/2012, p. A-24

As linhas de subjetivação são responsáveis pela produção dos sujeitos por si mesmos, posicionando-os como sujeitos “falantes” e “confessantes”. Na subjetivação, o que está em jogo não é a relação da verdade sobre si mesmo e o que lhe é imposto de fora, mas, pelo contrário, é a relação de verdade sobre si mesmo e o que ele mesmo deve produzir.

A partir dos enunciados analisados, percebemos que esta produção ativa é explicitada na posição do sujeito, no sentido de reproduzir os enunciados já dados sobre sustentabilidade, e do seu comportamento em relação à questão ambiental nas práticas cotidianas. Essas práticas sociais são resultado do entrecruzamento dos diversos discursos produzidos pelo dispositivo ambiental.

Dentro desta lógica, é preciso “fazer sacrifícios”, economizar, reaproveitar, reciclar, e o sujeito é entrecruzado por essas práticas sustentáveis cotidianamente. Assim, a luta passa a ser a do sujeito consigo mesmo para a produção de si, mas é também, nesses discursos, que se cria o espaço onde se torna possível a transgressão, a subversão e, nesse sentido, “o passar para o outro lado” no modo de dizer de Deleuze (1999). Para Marcello (2009), os modos de subjetivação envolvem necessariamente a produção de efeitos sobre si mesmo, mas não são meras atuações passivas do sujeito; pelo contrário, os processos de subjetivação indicam também possibilidades, (des)caminhos, fugas e subversão do próprio sujeito.

Não estamos falando aqui de um sujeito livre, autônomo, soberano e criador de suas condições de existência, mas de um sujeito que pode criar as condições para escapar dos poderes e saberes do dispositivo ambiental para outro, possibilitando elementos de ruptura e de descontinuidade. Assim, a discussão sobre a emergência histórica do dispositivo do desenvolvimento sustentável, e dos modos de subjetivação, foi fundamental para construir elementos caracterizadores desse dispositivo na atualidade e para perceber como essa estratégia de poder se perpetua e se manifesta nos discursos da mídia.

Notas

¹ Nas conferências das Nações Unidas sobre o Meio ambiente Humano, em Estocolmo (1972).

² No dicionário de ecologia e ciências ambientais (2001) da Unesp, ecologia é definida como um ramo das ciências biológicas que busca compreender as espécies dentro de um processo de trocas energéticas da cadeia alimentar presente nos diversos ecossistemas.

³ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), também, conhecida como Rio-92, Cúpula ou Cimeira da Terra, realizada entre 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro, para buscar conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra.

⁴ Essa problematização de que vivemos numa sociedade de risco é amplamente discutida pelo sociólogo alemão Ulrich Beck (2010). Para ele, a perspectiva da “sociedade de risco”, ao contrário das riquezas, os riscos e os perigos produzidos pela modernização são igualmente distribuídos entre as nações ricas e pobres. Riscos impostos, em grande parte, por nações ocidentais centradas na produção e na distribuição desigual de riquezas, e que minimizam os efeitos colaterais negativos, como a pobreza e a fome de outros países.

⁵ O evento foi realizado no Rio de Janeiro, entre 13 e 22 de junho de 2012, e reuniu representantes políticos de diversos países, jornalistas do mundo inteiro, ONGs, especialistas, celebridades e políticos, numa arena de discussão e negociação política sobre a questão ambiental e tinha como meta discutir a questão ambiental e renovar o engajamento dos líderes mundiais com o desenvolvimento sustentável do planeta, 20 anos após a Rio-92. A conferência de 2012 insere-se na longa tradição de reuniões anteriores da ONU sobre o tema: as Conferências de 1972 (Estocolmo/Suécia), a ECO-92 (Rio de Janeiro/Brasil), a Rio+10 em 2002 (Joanesburgo/África do Sul).

REFERÊNCIAS

AGAMBEM, G. O que é um dispositivo? *Outra Travessia*, n. 5, Santa Catarina, 2005. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743> >. Acesso em: 15 mai de 2013, p. 9-16.

BARROS, A. T.; SOUSA, J. P. *Jornalismo e ambiente: análise de investigações realizadas no Brasil e em Portugal*. Porto/Portugal: Universidade Fernando Pessoa, 2010.

BECK, U. *A sociedade do risco: rumo a uma outra modernidade*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.

CARNEIRO, B. S. A construção do dispositivo meio ambiente. *Revista Ecológica*. v. 4, 2012, p. 5-18.

CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo. In: *O mistério de Ariana*. Trad. e prefácio Edmundo Cordeiro. Lisboa: Editora Vega/Passagens, 1996. Disponível em: <<http://www.ufes.br/ppgpsi/files/textos/Deleuze%20>

200%20que%20%C3%A9%20um%20dispositivo.pdf>. Acesso em: 2 maio 2013.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica, para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

FERNANDES, C. A. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

_____. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012, p. 7-23.

MACHADO, V. de F. *A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à Rio-92*. Brasília, 2005. 328. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília. p. 63-64.

MARCELLO, F. A. O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 29, n. 1, jan./jun. 2004, p. 199-213.

_____. Sobre os modos de produzir sujeitos e práticas na cultura: o conceito de dispositivo em questão. *Revista Currículo sem Fronteiras*, v. 9, 2009, p. 226-241.

MARTINS, L. A. M. *Da disciplina ao controle: tecnologias de segurança, população e modos de subjetivação em Foucault*. 2007. 90f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, RJ, 2007.

PNUMA (2004). *Perspectivas do Meio Ambiente Mundial – 2002, GEO3: passado, presente e futuro*. Brasília: IBAMA/UMA – Universidade Livre da Mata Atlântica.

RODRIGUES, A. D. O acontecimento. In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e «estórias»*. 2. ed. Portugal: Vega, 1999, p. 27-51.

VEYNE, P. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Noêmia Félix da Silva

Doutoranda do Curso de Comunicação da Universidade de Brasília e Professora do departamento de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Kátia Menezes de Sousa

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara; Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás.

Artigo recebido em 24 de setembro de 2013.

Artigo aceito em 10 de agosto de 2013.